

## Sindicato é contra o PDVE da Caixa

O Sindicato dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro de Rondônia (SEEB-RO), a exemplo dos demais sindicatos, federações e da Contraf-CUT, também é contra o Programa de Desligamento Voluntário Extraordinário (PDVE) anunciado pela direção nacional da Caixa Econômica Federal e que objetiva diminuir o já defasado quadro funcional em até 10 mil postos de trabalho.

Para os dirigentes do SEEB-RO, o PDVE da Caixa é um golpe nos empregados e um ataque ao banco público. O programa não foi dialogado com a Contraf-

CUT, nem com a Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, e representa imenso prejuízo não só para os trabalhadores, mas para toda a população.

### PDVE

De acordo com a Caixa, estão aptos a participar do PDVE os empregados aposentados pelo INSS ou que podem se aposentar até 30 de junho deste ano; trabalhadores com no mínimo 15 anos de efetivo exercício de trabalho na empresa; ou com adicional de incorporação de função de confiança, cargo em comissão ou função gratificada até a data de desligamento (sem exigência de tempo mínimo de efetivo exercício na Caixa). A Caixa está propondo como incentivo financeiro para os desligamentos 10 remunerações base

do empregado, considerando data de referência 31 de janeiro deste ano.

O banco propõe a manutenção por tempo indeterminado do Saúde Caixa somente para os trabalhadores já aposentados pela Previdência Social ou que vão se aposentar até 30 de junho, e empregados admitidos já na condição de aposentados pelo INSS com o mínimo de 120 meses de contribuição para o Saúde Caixa. No entanto, para os empregados que atendem as demais exigências o plano será assegurado por apenas 24 meses. O Sindicato reforça que os trabalhadores devem denunciar qual-

quer forma de pressão para aderirem ao plano. "A Caixa vem ameaçando muitos empregados de descomissionamento através da verticalização. Isso é mais um golpe da direção do banco e do governo Temer nos trabalhadores", afirmam os sindicalistas.

### GOLPE NA POPULAÇÃO

O plano de demissão voluntária reforça a intenção da Caixa de enxugar a empresa e assim prepará-la para a privatização. A população também sai perdendo, já que a redução dos postos de trabalho compromete a qualidade no atendimento.



## SAÚDE

## Adoecimento mental na categoria volta a fazer parte do dia a dia dos bancários

Nos últimos meses, a notícia que mais chocou os representantes dos trabalhadores do ramo financeiro foram os casos de suicídio em bancos. A situação, que já era grave, ficou ainda pior com a reestruturação em bancos públicos e com as demissões em massa nos bancos privados. Mesmo com lucros nas alturas, bancos seguem com a onda de demissões.

## TRANSTORNOS PSIQUIÁTRICOS

Os transtornos psiquiátricos já superaram as doenças osteomusculares que por muitos anos foram campeãs de incidência entre os trabalhadores bancários.

De acordo com o quadro geral das ações realizadas nos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CRST) do município de São Paulo, somente de junho a novembro de 2015, dos 102 atendimentos a bancários realizados nos centros, 54% apresentavam transtornos mentais. Em seguida estão problemas como LER e Dort com 30,39% dos atendimentos.

Segundo o presidente da Contraf-CUT, Roberto von der Osten, diante da perda de vidas que ocorrem no local de trabalho do ramo financeiro, é de extrema importância o debate sobre a relação entre trabalho e saúde do trabalhador, principalmente saúde mental.

“A nossa luta no combate ao



adoecimento é diária. Os bancos nem negam mais que o trabalho bancário adocece. Ainda querem atribuir as pressões aos gestores, mas estes também adoecem e são afastados. A recente intensificação das demissões nos bancos privados e as reestruturações nos bancos públicos aumentaram a angústia dos trabalhadores e o número de casos extremos também aumentou. Os bancos sabem disso”, disse Roberto.

## DEPRESSÃO

Outro dado alarmante de saúde mental é de que no ano passado, 75,3 mil trabalhadores foram afastados em razão de depressão, com direito a recebimento de auxílio-doença em casos episódicos ou recorrentes. Eles representaram 37,8% de todas as licenças em 2016 motivadas por transtornos mentais e comportamentais, que incluem não só a depressão, como estresse, ansiedade, transtornos bipolares, esquizofrenia e transtornos mentais relacionados ao consumo de álcool e cocaína.

Os especialistas destacam que há risco de subnotificação, diante da dificuldade em comprovar o papel do ambiente de trabalho na ocorrência de episódios depressivos. Mesmo assim, há profissões que são conhecidas por terem mais afastamentos e aposentadorias ligadas a transtornos dessa natureza, como é o caso do mercado financeiro.

É importante ressaltar que as condições de trabalho dos bancários, entre elas pressões diárias, assédio moral, metas e avaliação individual de desempenho, são fatores que contribuem para o desgaste mental dos bancários, levando ao adoecimento mental. A intensificação do trabalho, extrapolação de jornada, controle excessivo, também contribuem para o adoecimento.

## SEMINÁRIO

## Reforma da Previdência empurra o país para o caos

A proposta do governo de desmonte do maior patrimônio do povo brasileiro reuniu representantes de diversas categorias no Seminário sobre Reforma da Previdência Social, realizado no dia 3 de fevereiro, no auditório Adelino Cassis.

O Sindicato dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro de Rondônia (SEEB-RO) foi representado no evento pela Diretora de Saúde, Ivone Colombo.

Para a mesa de debate, foram convidados a advogada e presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB-DF, Thaís Riedel; a auditora fiscal da Receita Federal e diretora-presidente da Fundação Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), Maria Inez Maranhão e o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), na 10ª Região, e ex-presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), Grijalbo Fernandes Coutinho.

Segundo a advogada Thaís Riedel, falar de Previdência Social é falar de bem estar da população. Para ela, o que o governo pretende, na verdade, é reduzir direitos, diminuir o patamar protetivo da Previdência e tirar a dignidade do trabalhador.

“A Proposta de Emenda à Constituição 287 é inconstitucional, já que fere o modelo de Seguridade Social estabelecido pela Constituição Federal de 88”, afirmou a advogada.

Com a reforma da Previdência em curso para destruir o país, o magistrado Grijalbo Fernandes acredita que mais um golpe será dado no trabalhador com o projeto neoliberal de reformar as leis trabalhistas.

“Essa reforma da Previdência empurra o país direto à privatização, que vai forçar o trabalhador a



contratar um plano de previdência privada. Para piorar, eles ainda querem empurrar a reforma trabalhista. Só os trabalhadores organizados podem barrar esses ataques”, defendeu o desembargador.

## DÉFICIT É FALÁCIA

A diretora de Saúde do SEEB-RO, Ivone Colombo, contou que o discurso do governo de que há um déficit na Previdência não passa de falácia, uma vez que, intencionalmente, eles consideram apenas uma fonte de receita.

“Os palestrantes do seminário

comprovaram que o déficit tão usado pelo governo em defesa da reforma é um engodo, pois há outras fontes de receita para a Previdência que garantem um superávit que barra essa justificativa em querer fazer uma reforma tão voraz que só vai prejudicar a seguridade social para quem realmente necessita dela, que são os trabalhadores e as pessoas mais pobres. O que a Previdência necessita, em verdade, é de uma gestão transparente e eficaz, muito diferente do que estão tentando fazer com essa reforma”, conclui a dirigente.

## DEFESA DO EMPREGO

# GT Bipartite debate sobre Requalificação e Realocação Profissional e tem avanços



O Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban se reuniram, no dia 8 de fevereiro, para debater os temas do Grupo de Trabalho Bipartite de Requalificação e Realocação Profissional, em São Paulo. O GT discute critérios para a construção de centros de requalificação e realocação de empregados, conforme cláusula 62 da Convenção Coletiva de Trabalho 2016/2018.

A Fenaban apresentou um documento com as ações desenvolvidas pelos bancos para requalificar os funcionários para que eles possam trabalhar nesse novo ambiente tecnológico e organizacional.

Os representantes dos bancários, no entanto, identificaram que muitos projetos só estão no papel e que falta transparência dos bancos na divulgação das informações para os próprios funcionários e para o movimento sindical.

O Comando cobrou igualdade de oportunidades e democratização das informações para todas as pessoas que estão no banco saibam as vagas existentes, os locais e as funções. Cobrou transparência na divulgação das habilidades, conhecimentos e talentos necessários para cada vaga e função oferecida. Cobrou também transparência e objetividade nos critérios de seleção in-

terna. Além da garantia de que não exista nenhum tipo de discriminação nas oportunidades.

"Essa reunião serviu para que nós, representantes dos trabalhadores, apresentássemos sugestões aos representantes patronais, para que eles entendam que as mudanças tecnológicas e organizacionais dos bancos não devem nunca afetar o trabalhador, principalmente no que se refere ao seu emprego", avaliou Euryale Brasil, secretário geral do Sindicato dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro de Rondônia (SEEB-RO), que participou da reunião do dia 8.

## AVANÇOS IMPORTANTES

Já na terceira reunião entre Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban, do Grupo de Trabalho Bipartite de Requalificação e Realocação Profissional, realizada no dia 15/2, em São Paulo, terminou de forma positiva.

Os bancos concordaram com os trabalhadores em muitos pontos apresentados na última reunião, mas argumentam que a cláusula 62 abrange apenas os trabalhadores que estão em áreas atingidas por mudanças.

A Fenaban concordou com transparência na divulgação das vagas para esses trabalhadores e ga-

rantiu que os candidatos não sofrerão restrições por idade, raça, gênero, orientação sexual ou deficiência na disputa por oportunidades oferecidas. Outro ponto de concordância, é que a responsabilidade pela requalificação e realocação será compartilhada entre o empregado e o banco. Mas, não acataram a proposta de auxílio-educação para todos.

Uma vez terminado este debate e definidos os processos de realocação e requalificação o acompanhamento e a avaliação dos programas serão feitos em dois níveis: resultados específicos do banco, pelas COE's, avaliação de natureza qualitativa pelo Comando e pela Fenaban.

Os bancários entregaram um documento com as considerações do Comando Nacional sobre o debate de requalificação e realocação de empregados dos bancos em processos de reestruturação previsto na cláusula 62ª da CCT 2016/2018. Entre os pontos principais estão: a responsabilidade dos bancos com seus clientes, usuários e funcionários, propostas de ações de igualdade e democratização de vagas e de ações de orientação profissional e planejamento de carreira para todos e a necessidade de os bancos oferecerem auxílio-educação.

SEEB-RO com Contraf/CUT

## BANCO DO BRASIL



## Após negociação, funcionários em VCP poderão trabalhar 6 horas

O Banco do Brasil informou em comunicado na quarta-feira (15) que os funcionários que estão recebendo a VCP não precisarão cumprir jornada de 8 horas, conforme era o normativo até agora, e poderão trabalhar 6 horas. VCP é uma Vantagem em Caráter Pessoal que mantém por quatro meses a remuneração do cargo anterior.

A Contraf-CUT, através da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB, vinha reivindicando a alteração da jornada desses trabalhadores, bem como contestando a assinatura do termo de recebimento de VCP.

Os funcionários em VCP eram obrigados a assinar um termo abrindo mão de horas extras du-

rante o período de VCP, bem como cumprir a jornada de horas do cargo anterior.

Com a medida anunciada, os funcionários em VCP somente farão jornada de 8 horas se o cargo atual, inferior ao anterior, seja de jornada de 8 horas.

Para Wagner Nascimento, coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB, "é uma medida que atende à reivindicação feita pela Comissão de Empresa em Mesa de Negociação e atenua um pouco a situação de quem teve redução de salário, seja por perda total do cargo ou realocação em cargo inferior", ressalta.

Nova rodada de negociação com BB está marcada para o próximo dia 22 em Brasília.

**O AGORA NA PALMA DA SUA MÃO!**  
 Baixe o nosso aplicativo para **ANDROID** e **iOS**

- \* Verifique os dias de exames para o nosso parque aquático
- \* Veja as fotos dos nossos eventos e atividades em geral
- \* Leia nosso jornal impresso e matérias em tempo real
- \* Solicite a Segunda via do Cartão do Filiado
- \* Faça reservas para o Clube de Campo
- \* Acompanhe nossos Acordos Coletivos
- \* Assista a TV SEEB-RO
- \* Confira nossos convênios
- \* Fale conosco

AQUI para baixar para Android

AQUI para baixar para iOS

[www.bancariosro.com](http://www.bancariosro.com)

## COMPANHEIRO, NÃO LUTE SOZINHO!

Filie-se ao Sindicato e fortaleça a luta de toda a categoria



SINDICATO DOS BANCÁRIOS E TRABALHADORES DO RAMO FINANCEIRO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Filial do  
 CONTRAF CUT [www.bancariosro.com](http://www.bancariosro.com)

## ITAÚ

## Contraf-CUT assina acordo da PCR

A Contraf-CUT assinou, no dia 6/2, os Acordos Coletivos de PCR 2017/2018 e Ponto Eletrônico com o Banco Itaú. A proposta para renovação do acordo do Programa Complementar de Resultados (PCR) do Itaú segue os reajustes da Campanha Nacional fechados com a Fenaban.

O valor sobre o qual o reajuste será calculado vai variar de acordo

com a rentabilidade do banco, a ROE (retorno sobre o patrimônio líquido).

Se a ROE for até 23%, o PCR será de R\$ 2.468 mais INPC e 1% de aumento real. Se a ROE for maior que 23%, o valor passa a R\$ 2.587,00 mais INPC e 1% de aumento real. Esse acordo é extensivo aos financeiros da holding Itaú, Luizacredi e Microinvest.

## BANCO DA AMAZÔNIA

## Intervenção na composição da comissão de saúde atrapalha início dos trabalhos

Outra conquista dos empregados e empregadas do Banco da Amazônia na Campanha Nacional 2016 foi o compromisso do banco para a instalação da comissão paritária cujo primeiro tema seria Plano de Saúde dentro da Comissão Permanente de Relações Trabalhistas - CRT. A referida mesa deveria iniciar seus trabalhos em dezembro de 2016 e discutir o Plano de Saúde. Porém, ela ainda está parada devido a uma intervenção do banco na composição da representação dos trabalhadores.

A proposta do Banco da Amazônia é que a representação dos empregados seja feita por 4 membros, divididos entre: Contraf-CUT, Contec, AEBA e Sindicato dos Bancários do Maranhão. Porém, não há consenso quanto a isso.

"O Banco da Amazônia realiza mesas de negociação em separado durante a campanha nacional. Portanto, não há consenso para o acordo nessa proposta do banco, tendo em vista a exclusão da Fetec-CUT Centro Norte e do Sindicato

dos Bancários do Pará, entidades que representam em torno de 90% a base dos empregados do Banco da Amazônia na região e nas campanhas nacionais. Já externamos esse posicionamento ao banco e enviamos ofício para cobrar uma definição imediata e a instalação da mesa de saúde", afirma a presidenta do Sindicato dos Bancários do Pará e dirigente da Contraf-CUT, Rosalina Amorim.

"Não podemos admitir que o tema de saúde, assunto tão importante para a categoria, esteja estagnado por interpretações unilaterais do banco que não condizem com os preceitos legais e que atrapalham a urgência da instalação da mesa paritária, uma conquista da categoria na última greve, a qual queremos ver funcionar o mais rápido possível, já que o prazo negociado e aprovado em assembleia já expirou", pondera o vice-presidente do Sindicato e empregado do Banco da Amazônia, Marco Aurélio Vaz.

Fonte: Bancários PA



## INSS

## Sindicato repudia atitude do órgão que exige revisão de perícias médicas que favorece os bancos e ataca os direitos dos trabalhadores



Transformar auxílio-acidente de trabalho (B-91) para auxílio-doença (B-31) e, com isso, favorecer os bancos e atacar diretamente os direitos dos trabalhadores. É esse que tem sido o atual propósito do INSS em Rondônia, que vem sendo 'pressionado' pelas instituições financeiras a exigir dos bancários que já tiveram o diagnóstico de acidente de trabalho - concedido pelo próprio INSS - para refazer as perícias médicas e, com isso, dar um novo diagnóstico, agora de auxílio-doença, o que retira dos trabalhadores a estabilidade no emprego de 12 meses, garantida em lei.

Desta forma, um funcionário que teve o diagnóstico B-31, - que é uma mera doença do trabalho - pode facilmente ser demitido logo que retorna de seu afastamento para tratamento de saúde. E é exatamente isso o que os bancos desejam, principalmente os bancos privados, como o Santander e Itaú, que em Rondônia tem implantado um clima de terror e medo com inúmeras

demissões injustificadas, principalmente com aqueles que dedicaram décadas de sua vida ao banco.

"É só mais uma prova de que o INSS, que é um órgão que faz parte deste governo ilegítimo, também é refém do setor financeiro. Os bancos, que patrocinaram este golpe no país, agora mandam e desmandam nos órgãos do governo Federal e, através do INSS, estão se aproveitando para angariar suas vantagens e atacar os trabalhadores, numa perseguição implacável ao ser humano, verdadeiro responsável pelos sucessivos lucros destas mesmas instituições financeiras", avaliam os diretores do Sindicato dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro de Rondônia (SEEB-RO).

## NÃO É DE AGORA

Há quase um ano, em reunião ocorrida no dia 25 de fevereiro de 2016, na Gerência Regional do INSS em Rondônia, em Porto Velho, o

SEEB-RO cobrou coerência do órgão previdenciário no momento da realização das perícias médicas dos bancários.

Os diretores sindicais retrataram aos representantes do INSS que nos últimos 18 meses (até aquela data) os trabalhadores acometidos de doença ocupacional, que já tinham o reconhecimento de auxílio-acidente de trabalho (B-91) por parte do próprio INSS, ao passar pela perícia novamente, o INSS voltava atrás e dizia que o caso era auxílio-doença (B-31).

O INSS disse que se reuniria com os peritos médicos para orientá-los a redobrar a atenção no momento das avaliações de seus segurados, especialmente os bancários, que compõem uma das categorias de trabalhadores que mais é afetada por acidentes de trabalho e doenças ocupacionais como LER/DORT e doenças psíquicas.

"Não é o que aconteceu, ao que tudo indica", reclamam os dirigentes sindicais.

## DESCOMISSIONAMENTO

## Atos indiscriminados contra empregados da Caixa em RO



A versão mais recente do RH 184 da Caixa Econômica Federal, que facilita o descomissionamento 'motivado' e impede a incorporação de função, tem sido colocada em prática de forma indiscriminada em todo o país, causando a revolta de empregados que possuem mais de 10 anos ininterruptos de serviços prestados ao banco e que agora se encontram diante de uma verdadeira 'perseguição' aos seus direitos adquiridos.

Em Rondônia a situação não é diferente, e o SEEB-RO voltou a receber informações de novos descomissionamentos de trabalhadores, tanto nas agências de Porto Velho quanto dos municípios do interior.

"Não podemos admitir a aplicação desmedida desse mecanismo que serve, basicamente, para colocar um fim à incorporação administrativa da função, direito garantido do trabalhador. As alegações dos gestores para o descomissionamento nada tem a ver com o comportamento ou desempenho profissional dos empregados. Este novo modelo do RH 184, que foi enfiado 'goela abaixo' dos trabalhadores, sem a discussão com o movimento sindical, só permite que agora os gestores coloquem em prática toda a sorte de medidas discriminatórias e injustas, já que não há critérios técnicos que embasem decisões de cima para baixo, e que não levam em conta a dignidade e respeito ao trabalhador. O bancário da Caixa é um empregado concursado, e que tem todo o interesse em manter sua função, que representa parte importante de seu salário", menciona Euryale Brasil, secretário ge-

ral do Sindicato e empregado da Caixa.

## ENTENDA

Em vigor desde 1º de julho, a versão mais recente do RH 184 da Caixa Econômica Federal, facilita o descomissionamento 'motivado' e impede a incorporação de função. Para justificar o desrespeito com o funcionalismo, o banco apresentou várias motivações, vista pelas entidades sindicais como fúteis.

Os motivos criados são extremamente genéricos e subjetivos, podem ser utilizados pela chefia imediata do empregado comissionado para justificar todo e qualquer descomissionamento. Sendo o descomissionamento 'motivado', o empregado perde o direito de incorporação de função pela via administrativa.

Na versão anterior do RH 184, apenas se previa a dispensa motivada em duas hipóteses: decorrente de inquérito policial instaurado por denúncia ou ação judicial proposta/requerida pela Caixa; evento grave que configure justo motivo para interrupção da designação, exigindo análise preliminar ou processo disciplinar civil.

Agora, existe uma terceira hipótese em que basta o gestor preencher o "termo de apontamento – condutas e atribuições" (MO21182) sem necessidade de uma apuração prévia.

Agora a incorporação só poderá ocorrer com autorização do diretor da vice-diretoria de vinculação, além disso, se a destituição for motivada o trabalhador não tem direito. Os empregados terão que ir à justiça lutar pela incorporação.

Entre os diversos 'motivos' apontados pela Caixa para o descomissionamento estão: falta de compromisso com o horário e jornada de trabalho; tratamento inadequado a clientes e/ou colegas da Caixa; inadequada execução das orientações recebidas; tratamento inadequado de informação sigilosa, utilização inadequada do material de trabalho ou patrimônio da empresa; execução inadequada ou insuficiente da(s) atribuição(s) da Função Gratificada/Cargo Comissionado que ocupa, conforme disciplinado no MN RH 183 e nas demais normas pertinentes a sua área de atuação; não execução da(s) atividade(s) sob sua responsabilidade, impactando negativamente na atuação e desempenho da unidade.

## SEU DIREITO

A Súmula 372, do Tribunal Superior do Trabalho (TST) veda a supressão da comissão de função recebida pelo funcionário por mais de 10 anos de cargo comissionado.

De acordo com o princípio da estabilidade financeira, o empregado que durante 10 anos desempenhou funções comissionadas ou gratificadas se encaixa perfeitamente na Súmula: dispensado do cargo sem justo motivo (reestruturação não configura justificativa), incorpora a gratificação, que pelo decurso do tempo se integrou na remuneração, tornando-se a retribuição mínima devida àquele empregado.

Em caso de dúvida, o bancário pode entrar em contato com a Secretaria de Assuntos Jurídicos do SEEB-RO pelo fone (69) 3224-5259 e 3224-5110.

## CAIXA

## Bancários pressionam e banco exclui cláusula do PDVE que retirava direitos

A luta dos trabalhadores da Caixa contra o PDVE e em defesa dos bancos públicos alcançou resultado importantíssimo na última terça-feira (14). Pressionada pela Contraf-CUT, pela Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa e sindicatos de todo o Brasil, a Caixa recuou sobre a retirada de direitos do PDVE e enviou comunicado aos empregados informando a exclusão do Parágrafo Primeiro da Cláusula Terceira.

A Cláusula Terceira dava quitação total do contrato de trabalho, impedindo a reclamação de direitos trabalhistas. Inclusive, a participação nas CCVs, e a indenização os trabalhadores da ativa sobre o direito das 7ª e 8ª horas e para os aposentados, sobre o direito ao vale-alimentação vitalício e o caráter salarial do vale-refeição.

"A cláusula era um absurdo e determina que os trabalhadores não poderiam buscar reparação de seus direitos. Cláusulas assim, só poderia constar se negociadas com os trabalhadores, o que não foi o caso", explica Dionísio Reis, coordenador da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa.

"Após a nossa pressão, a Caixa voltou atrás. E uma grande conquista, resultado da articulação dos representantes dos trabalhadores e de cada empregado, os quais já perceberam que o PDVE é um golpe com o objetivo de desmonte do banco. A nossa luta prossegue em defesa do emprego e dos bancos públicos", reforça.

A Comunicação Interna da Cai-

xa também deixou mais clara a previsão do Saúde Caixa, que segue até 31 de dezembro de 2017.

A Contraf-CUT está cobrando o texto atual do termo de adesão com as modificações feitas, e só após a apreciação da assessoria jurídica, poderá orientar a retirada de ações.

## MEDIÇÃO DO MPT SOBRE O PDVE

A Contraf-CUT solicitou ao Ministério Público do Trabalho, naquele mesmo dia 14, em Brasília, mediação sobre o Programa de Desligamento Voluntário Extraordinário (PDVE) da Caixa, com enfoque na prorrogação do prazo para adesão ao PDVE; nulidade da cláusula do termo de adesão que dá quitação plena e geral ao contrato de trabalho e adequação da manutenção do plano de saúde – Saúde Caixa – nos termos dos normativos internos vigentes e Acordo Coletivo de Trabalho. Com o Programa de Desligamento Voluntário Extraordinário, a Caixa pretende eliminar de seu quadro de funcionários 10 mil postos de trabalho.

Apesar de cobrada com ofício pela Contraf-CUT, a Caixa não se dispôs a debater o PDVE com os representantes dos empregados. Diversas bases sindicais, inclusive por orientação da Contraf-CUT, vêm entrando com ação civil pública e conseguindo decisões liminares que suspendem os abusos do PDVE.

Fonte: Contraf-CUT



## BRADESCO

## Banco lucra R\$ 17 bi em 2016, mas continua com as demissões

Enquanto outros setores amargam prejuízos, os bancos continuam a lucrar. No ano de 2016, o Lucro Líquido Ajustado do Bradesco foi de R\$ 17,121 bilhões, o que significou uma redução de 4,2% em relação ao ano de 2015. Análise feita pelo Dieese, a partir do balanço do banco, divulgado no dia 2/2, ressalta que no último trimestre, o lucro registrado foi de R\$ 4,385 bilhões, com queda de 1,7% na comparação com o mesmo período de 2015. O retorno anualizado sobre o Patrimônio Líquido médio foi de 17,6%, 2,9 pontos percentuais a menos do que em dezembro de 2015. Esses são os primeiros

resultados anuais apresentados pelo banco após a aquisição do HSBC Brasil.

### REDUÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO

O número de empregados da holding em dezembro de 2016 foi de 108.793, sendo que era de 92.961 em dezembro de 2015, um aumento de 17,2%, relacionado à incorporação dos trabalhadores do HSBC Brasil. Foram acrescentados ao banco 15.932 postos de trabalho no ano de 2016, no entanto, no último trimestre, houve redução de 1.129 postos de trabalho.

Fonte: Contraf-CUT e Dieese

## EM 2016

## Itaú lucrou R\$ 22 bilhões e fechou 2.610 postos de trabalho



O Itaú teve lucro recorrente de R\$ 22,150 bi em 2016. O resultado representa queda de 7% em relação ao ano anterior, quando o banco obteve o maior lucro anual de uma instituição financeira no Brasil.

Mesmo com o bom resultado em 2016, que possibilitou o aumento da distribuição de juros e dividendos sobre o capital próprio aos acionistas, o Itaú cortou 2.610 postos de trabalho em 12 meses. Somente no quarto trimestre, foram extintos 866 empregos.

Esse número de cortes é completamente injustificável. Apesar da redução em relação a 2015, ano em que o Itaú teve o melhor resultado de uma instituição finan-

ceira no país, o lucro do banco segue nas alturas. Enquanto aumenta os repasses aos acionistas, o Itaú segue demitindo e sobrecarregando os bancários que permanecem na instituição.

Somente com o que fatura com tarifas cobradas dos clientes (R\$ 33,228 bilhões), receita que teve aumento de 7,8% em 2016, o Itaú cobre em 155,1% toda despesa com pessoal.

O balanço de 2016 também deixa clara a estratégia do Itaú em priorizar o atendimento digital. Enquanto fechou 168 agências convencionais em 12 meses, o banco abriu 41 unidades digitais no mesmo período.

Fonte: Contraf-CUT e Dieese

## SANTANDER

## Bancários em Rondônia protestam contra as demissões e por melhores condições de trabalho



Os funcionários do Santander em Rondônia fecharam, por duas horas, no dia 8/2, a agência localizada na avenida José de Alencar, no Centro de Porto Velho, em protesto contra a onda de demissões praticadas pelo banco, por melhores condições de trabalho e pelo fim da perseguição aos trabalhadores que estão usufruindo do auxílio acidente de trabalho. O ato fez parte do Dia Nacional de Luta que aconteceu naquela mesma manhã nas agências do Santander em todo o país.

De acordo com dirigentes do SEEB-RO, mesmo sendo o Brasil o país onde o Santander registra seu maior lucro a nível global, o banco espanhol 'recompensa' os seus funcionários com demissões sem o menor aviso prévio, principalmente aqueles que dedicaram décadas de suas vidas ao banco.

Em 2016 o banco lucrou R\$ 7,3 bilhões (crescimento de 10,8% em relação a 2015), resultado que coloca as operações brasileiras na liderança global do grupo espanhol, com 21% de participação no lucro mundial do banco.

Mesmo assim o banco encerrou o ano de 2016 com 47.254 empregados, uma redução de 2.770 postos de trabalho em relação a 2015. Foram fechadas oito agências nesse período, enquanto o número de clientes cresceu em 1,9 milhão.

"Com esse crescimento visível o

banco deveria era contratar mais para melhorar o atendimento e obter mais lucros. Quando contrata, é para ser gerente virtual e ampliar o atendimento digital, sistema que extingue a figura do bancário dentro da agência. Além disso, o banco continua demitindo sem o menor pudor, especialmente funcionários de carreira, que estão próximos da estabilidade pré-aposentadoria ou portadores de doenças ocupacionais (LER-Dort), num verdadeiro holocausto à figura do bancário", mencionou Clemilson Farias, diretor de Imprensa do Sindicato e funcionário do Santander.

O dirigente lembrou ainda que o aumento de clientes, diante da redução do número de funcionários, só causa mais adoecimentos aos que permanecem no trabalho e, conseqüentemente, mais carência no quadro funcional do dia a dia nas agências.

"E para piorar o banco ainda está pressionando o INSS a exigir que aqueles trabalhadores que obtiveram o direito ao auxílio-acidente de trabalho (B 91) refaçam suas avaliações para que os peritos concedam somente o auxílio-doença (B 31), o que fere diretamente os direitos destes trabalhadores. Uma manobra sorrateira para atacar exatamente aqueles que são os verdadeiros responsáveis pelos lucros do banco neste país", acrescenta.

### TROCA DE PLANO DE SAÚDE

Nada de informação prévia aos sindicatos, nem consulta aos trabalhadores. Foi assim, de forma unilateral e arbitrária, que o Santander resolveu trocar os planos de saúde de boa parte dos funcionários. Quem tinha o Bradesco Saúde teve que migrar para o Sulamérica e a participação dos funcionários subiu de 20% para 25%, injustificavelmente.

Os bancários com planos de assistência médica Unimed também viram o percentual de coparticipação ser alterado de 20% para 25% e, a partir da 6ª consulta em um período de 12 meses, para 30%.

### BANESPREV

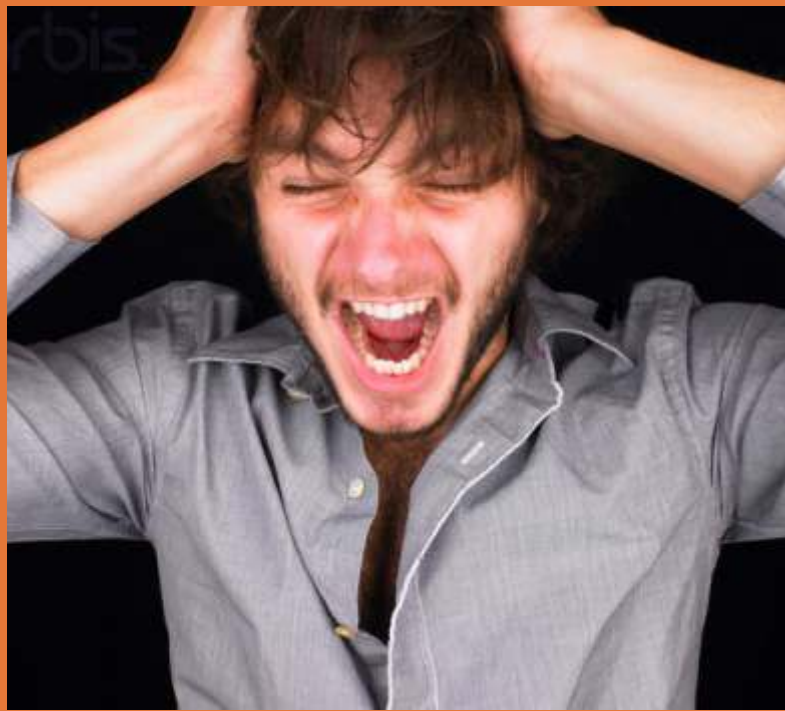
Mais de 1600 funcionários do Santander fizeram uma assembleia histórica no dia 28 de janeiro, no E.C. Banespa, em São Paulo, para dizer "não" à reforma estatutária do Banesprev nos moldes apresentados pela patrocinadora.

O Santander quer impor uma lista de retrocessos que podem prejudicar os participantes, com a perda de vários direitos. A situação é tão grave que caso as mudanças sejam referendadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), o plano pode até ser extinguido, sem a deliberação em assembleia.



## É O CAOS!

## Sindicato relata falta de empregados e sobrecarga de trabalho na Caixa em RO



Filas quilométricas dentro e fora das agências - diariamente superlotadas - revolta de clientes e usuários e o desespero de empregados que tem que se desdobrar para atender uma demanda crescente e suprir a ausência de colegas que saíram. Essa é a realidade nua e crua, dia após dia, nas agências da Caixa Econômica Federal no Estado, conforme descreve o Sindicato dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro de Rondônia (SEEB-RO).

E essa questão vem à tona imediatamente depois que a direção nacional da Caixa anuncia um novo programa de demissão voluntária que objetiva diminuir o quadro funcional em até 10 mil empregados, o que causa revolta ainda maior para os trabalhadores e para o movimento sindical em todo o país.

"É público e notório que o quadro funcional da Caixa já é carente e, por isso, o atendimento há anos é precário. Com a adesão aos programas de demissão voluntária, o número de pessoas para atender ao público diminui drasticamente e, como não há a reposição de empregados nas vagas que ficam em aberto, obviamente, quem permanece tem que fazer o trabalho dele e o dos que saíram,

sofrendo, com isso, com uma pressão ainda mais forte e uma sobrecarga de trabalho que é desumana. Isso apenas amplia o índice de adoecimentos e, quando esses trabalhadores acabam afastados pelo adoecimento, a situação, que já é ruim, só piora nas agências, tanto para os empregados quanto para a população em geral", menciona Euryale Brasil, Secretário Geral do Sindicato e empregado da Caixa.

Para o dirigente, o atual cenário de caos que se instalou nas agências é fruto de todas as iniciativas da própria direção nacional do banco, que impõe os planos de demissões voluntárias, mas não repõe a mão de obra que fica carente.

"E tudo isso exatamente em um momento em que o Governo Federal anuncia a liberação de contas inativas do FGTS, ou seja, o volume de pessoas dentro das agências, que já era imenso, vai triplicar, enquanto que o número de bancários para atender essa demanda apenas diminui, o que é um completo contra-senso, mais uma manobra que só vem para aumentar o inferno que se tornou a rotina e o ambiente de trabalho de milhares de trabalhadores", destaca.

## DESRESPEITO NA CAIXA

## Trabalhar aos sábados fere os direitos dos trabalhadores e não resolve o problema de clientes, denuncia Sindicato

Após o anúncio do Governo Federal de liberar o dinheiro de contas inativas do FGTS e com a recente divulgação da tabela para que milhões de pessoas possam saber quando poderão sacar este dinheiro, as agências da Caixa Econômica Federal, que já tinham uma demanda gigantesca de clientes e usuários, agora ficaram ainda mais superlotadas.

E a direção da nacional do banco público, para tentar 'minimizar' este caos, resolveu determinar que os empregados trabalhem aos sábados para atender esses usuários e clientes, o que, para o movimento sindical, representa um sério ataque aos direitos dos trabalhadores, garantidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e nas Convenções Coletivas da categoria.

E em Rondônia a orientação do banco é para que os empregados das agências da Caixa também abram mão do direito ao repouso semanal remunerado para trabalhar aos sábados, iniciativa que já foi imediatamente repudiada pelo Sindicato dos Bancários de Rondônia (SEEB-RO), por meio de ofício encaminhado à Gerência Regional da Caixa.

"O Sindicato luta por melhores condições de trabalho dos empregados da Caixa. O trabalho no sábado, além de desrespeitar Lei Federal, inviabiliza o usufruto do repouso semanal remunerado pelo empregado, previsto em Conven-



Sindicato dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro do Estado de Rondônia  
Filiado à FETEC/CN e CONTRAF/ CUT

Of. Pres./Sec. Geral nº. 009/2017

Porto Velho, 14 de Fevereiro de 2017.

## Ref: NOTIFICAÇÃO

O Sindicato dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro do Estado de Rondônia vem notificar e registrar seus protestos contra a abertura de agências no sábado, 18/02/2017.

O Sindicato luta por melhores condições de trabalho dos empregados da Caixa Econômica Federal. O trabalho no sábado, além de desrespeitar Lei Federal, inviabiliza o usufruto do repouso semanal remunerado pelo empregado, previsto em Acordo Coletivo.

A luta por mais contratações pela Caixa permanece. O aumento do número de empregados, além de cumprir o papel social na diminuição da taxa de desemprego, fortalecerá o atendimento ao público.

Dessa forma, o Sindicato requer solução definitiva para o melhor atendimento a população sempre, como a contratação de mais empregados, não sendo o atendimento ao sábado a resposta.

EURYALE BRASIL RAMOS DA SILVA  
Presidente em exercício

ção Coletiva. O aumento do número de empregados, além de cumprir o papel social na diminuição da taxa de desemprego, fortalecerá o atendimento ao público. Dessa forma, o Sindicato requer solução

definitiva para o melhor atendimento à população sempre, como a contratação de mais empregados, não sendo o atendimento ao sábado a resposta", menciona trecho do ofício.

## PATERNIDADE

## Licença de 20 dias está valendo e é retroativa

A licença-paternidade de 20 dias é um direito de todos os bancários e já está valendo. A Fenaban fez consulta ao governo e está confirmado. Todos os bancos já foram notificados e orientados a conceder o benefício, inclusive de forma retroativa. Assim, todos os pais de bebês nascidos a partir de 27 de dezembro poderão gozar a licença-paternidade de 20 dias. Quem tirou somente os cinco dias referentes à legislação até 2016, poderá apro-

veitar os outros 15 a partir de agora. Os recursos federais para a concessão do benefício estão previstos na Lei Orçamentária Anual, sancionada em 10 de janeiro de 2017.

## COMO PROCEDER

Para usufruir, o bancário terá de fazer requisição por escrito ao banco em até dois dias úteis após o parto, apresentando documento que comprove participação em programa ou atividade de orientação

sobre paternidade responsável. A licença-paternidade de 20 dias também se aplica nos casos de adoção. No caso dos dias retroativos, os bancários devem procurar o RH do banco para solicitar o direito.

